

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA A DISTÂNCIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

MARIA ABADIA DE ARAÚJO MAGALHÃES

**UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE
ALFABETIZAÇÃO (PNA)**

Patos de Minas
2021

MARIA ABADIA DE ARAUJO MAGALHÃES

**UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE
ALFABETIZAÇÃO (PNA)**

Trabalho de Conclusão de Curso/ Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura no curso de Pedagogia, modalidade à Distância da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Duarte Araújo Silva.

Patos de Minas

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, princípio e razão de todas as coisas, por não me permitir desistir; e por sempre me fortalecer para prosseguir em busca desse sonho pessoal e profissional; sem ele nada seria possível.

Ao meu marido Valter e meus filhos Amanda e Arthur pela compreensão nas minhas ausências; física e mental; pelo apoio afetivo, moral e técnico incondicional e por compreenderem a importância desse processo pra minha vida, permitindo me lançar nessa missão.

Aos meus familiares, pelo apoio e incentivo de sempre, principalmente a minha mãe que sempre acreditou em mim de forma absoluta, e ao meu pai, que infelizmente nos deixou durante essa caminhada, mas que lá de cima me amparou e me impulsionou a prosseguir.

Às colegas de curso, que juntas superamos incontáveis obstáculos, previsíveis e regulares do curso e os excepcionais, impostos pela pandemia da Covid 19. Que acompanhamos muitos desistindo mas permanecemos unidas, nos amparando mutuamente, partilhando experiências e nos sustentando para alcançarmos juntas essa vitória. Amigas que espero levar para a vida.

À tutora Márcia, pelas conversas sempre agradáveis, instrutivas e encorajadoras, e ultimamente privadas pela suspensão dos encontros presenciais, mas remotamente, sempre pronta a nos auxiliar nas demandas, com devolutivas imediatas, claras e objetivas sendo esse apoio absoluto e decisivo nessa caminhada.

À Universidade Federal de Uberlândia, a todos os professores e principalmente a Profa. Dra. Maria Irene, pela orientação durante todo o curso e a Profa. Dra. Gláucia Signorelli, pela generosidade em partilhar experiências tão significativas, pelo empenho na reinvenção e adaptação de alternativas dadas as restrições impostas pela pandemia. E junto a elas, mas de forma muito especial agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Fernanda Duarte, que atuou durante o curso nas orientações, atividades e propostas do estágio, e que tive a alegria e o privilégio de poder contar com a orientação na elaboração deste TCC; muito profissional, receptiva e simpática mas acima de tudo humana; orientação essa que considero determinante para o sucesso na conclusão desse processo formativo .

Gratidão eterna à todos e todas!

Resumo

Esse trabalho consiste numa monografia desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de Licenciatura em Pedagogia na modalidade à Distância pela Universidade Federal de Uberlândia, realizado durante o ano de 2021. O trabalho analisa a Política Nacional de Alfabetização (PNA); documento instituído pelo Ministério da Educação e Cultura- MEC, a partir do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Esse trabalho se ancora na pesquisa de natureza qualitativa. Nos apoiaremos também na pesquisa bibliográfica. O gênero adotado será o memorial, que constitui, pois, uma autobiografia, configurando-se como uma narrativa simultaneamente histórica e reflexiva. A escola tem como papel a ação na transformação social, e a emancipação dos sujeitos e conseqüentemente das sociedades, por meio da formação institucional intencional, buscando seu desenvolvimento como ser humano e por conseqüência como sujeito ativo na transformação social, como leitor do mundo e da sociedade e da vida, capacitado para a ação diante das adversidades naturais da existência humana. Entretanto, concluímos que os pressupostos defendidos pela atual PNA induzem a formação de um sujeito passivo, sem a crítica necessária aos processos educacionais, e sem a capacidade de posicionamento com capacidade de domínio do discurso e da defesa das suas ideias refletidas criticamente.

Abstract

This work consists of a monograph developed as a Course Completion Paper (TCC), for a Degree in Pedagogy in Distance Education by the Federal University of Uberlândia, carried out during 2021. The work analyzes the National Literacy Policy (PNA); document established by the Ministry of Education and Culture - MEC, from Decree No. 9765, of April 11, 2019. This work is anchored in research of a qualitative nature. We will also rely on bibliographic research. The adopted genre will be the memorial, which constitutes, therefore, an autobiography, configuring itself as a narrative that is both historical and reflective. The school has the role of action in social transformation, and the emancipation of subjects and consequently of societies, through intentional institutional formation, seeking their development as a human being and consequently as an active subject in social transformation, as a reader of the world and of the society and life, capable of acting in the face of the natural adversities of human existence. However, we conclude that the assumptions defended by the current PNA induce the formation of a passive subject, without the necessary criticism of educational processes, and without the ability to position with the ability to master the discourse and defend their critically reflected ideas.

Sumário

Introdução.....	6
Nossas Opções Metodológicas	8
A trajetória de vida e a história pessoal e familiar que conduziram a definição do tema	9
Políticas Nacional de Alfabetização (PNA): impactos no trabalho docente,	15
Algumas Considerações	23
Referências.....	27

INTRODUÇÃO

Esse projeto consiste numa monografia desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de Licenciatura em Pedagogia na modalidade à Distância pela Universidade Federal de Uberlândia, realizado durante o ano de 2021.

O trabalho analisa a Política Nacional de Alfabetização (PNA); documento instituído pelo Ministério da Educação e Cultura- MEC, à partir do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Esse é um documento considerado polêmico por especialistas da educação; pelo método adotado, que é o da ciência cognitiva, a partir do método fônico; pelo caráter simplista que defende, por desvalorizar os sujeitos, atores da educação, tanto o professor quanto o aluno assim como os esquemas mobilizados para a apreensão das habilidades, por romper com as políticas públicas anteriores e seus resultados positivos, entre outros.

Esse método é pautado em ideias reducionistas e implica em retrocesso para o campo da educação; pela defesa do método da ciência cognitiva que é a alfabetização restrita à memorização dos signos, sem a dinâmica necessária e a significação da construção pelo viés da aquisição das habilidades pedagógicas e cognitivas.

Esse projeto tem como objetivo analisar criticamente os impactos que a PNA, instituída pela gestão atual pode produzir sobre a alfabetização, atingindo conseqüentemente a educação no plano geral, alcançando ainda outros campos da vida do aluno e da sociedade na qual está inserido e que são inerentes à educação. A alfabetização é de suma importância para a formação integral das crianças e implica diretamente no desenvolvimento e na emancipação dos sujeitos e por consequência é responsável por promover os avanços ou a falta deles em toda a sociedade. Esse ciclo da escolarização avançou nas últimas décadas; mesmo que a passos lentos, porém contínuos e gradativos tendo registrado resultados importantes nas avaliações nacionais e baixa nos números do analfabetismo.

Conforme estudos, a alfabetização é a base de educação e da formação humana, devendo, portanto, ocorrer de maneira eficiente e tendo sido privilegiada nas políticas públicas das gestões mais recentes e refletido os resultados positivos na educação de forma global. Entretanto, o referido documento vem como uma barreira à esses avanços já estabelecidos, uma vez que rompe com essas políticas públicas mais recentes e propõe a educação que privilegia o formato grafema-fonema, ou seja a alfabetização a partir do “método fônico”. Essa é uma característica da educação bancária, tão criticada por Paulo Freire, uma vez que objetiva depositar os conteúdos do conhecimento no aluno, de forma a acumular conteúdos estáticos e

sem significado, que desconsideram o contexto e a indissociabilidade dos avanços globais, intrincados nessa apreensão.

O tema escolhido tem como objetivo incitar uma reflexão sobre esse documento e a intencionalidade política expressa em seu campo. Seus efeitos negativos na educação pelo viés restritivo e estático dessa postura já praticamente superada na alfabetização. Esse modo é associado ao trabalho expositivo; que tem o professor como portador dos conteúdos a serem aplicados de forma inerte ao aluno, e este resume-se à receptor desse conteúdo e responsável pela memorização dos signos, de forma descontextualizada e sem significado, desconsiderando seu conhecimento prévio e sua atuação como parte ativa do processo.

Conforme salienta Ferreiro (1999), “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola, e que não termina ao finalizar a escola primária”. (FERREIRO, 1999, p.47). Portanto é um efeito das vivências e das experiências e do apoio e oportunidades oferecidos pela escola e ocorre num processo de interação dos sujeitos com os objetos de conhecimento em relações de interação, mediação, apropriação e significação, ficando claro nesse discurso que o aluno é o protagonista de seu processo educacional e deve ser visto e apoiado como tal.

O tema central deste trabalho, portanto estará delimitado sobre a alfabetização e o retrocesso produzido pela PNA.

Nessa pesquisa nosso olhar estará vertido ao que foi abordado no decorrer do curso de Pedagogia e a importância que o formato da alfabetização tem assumido nos últimos anos na educação brasileira, os avanços da educação e da alfabetização dialogada. Segundo especialistas a PNA interrompe essa relação e torna-se um processo inconcluso, dúbio, polemico, mal intencionado e privilegiando o método da ciência cognitiva, em especial do método fônico, desconsidera os sujeitos, tornando-os passivos.

Construiremos nosso memorial, apresentando nossa trajetória com a alfabetização e abordaremos algumas questões sobre a história da alfabetização no Brasil até a promulgação da Política Nacional de Alfabetização, em 2019.

Esse tema se relaciona com minha história educacional, sendo por isso escolhido, tendo em vista que essa etapa da minha educação ocorreu numa época em que não se privilegiava os modelos dialogados nem os saberes contextuais; apenas as apostilas e os saberes institucionalizados e engessados tendo então impactos negativos na educação demandando grandes esforços para a superação dessa eventualidade.

Para a melhor organização desse trabalho, o mesmo será estruturado tendo como elementos: a introdução, na qual apresentaremos a temática do trabalho, os objetivos da pesquisa; em seguida apresentamos as opções metodológicas e um memorial sobre a nossa relação com a educação e a alfabetização, posteriormente, expomos uma seção sobre a história e alguns marcos políticos da alfabetização, até a publicação da PNA e por fim, contemplamos as considerações finais do trabalho e referências utilizadas.

Nossas Opções Metodológicas

Esse trabalho se ancora na pesquisa de natureza qualitativa, que conforme Creswell (2010) destaca, é um tipo de pesquisa que visa interpretar os acontecimentos e entender as relações existentes entre os constructos a partir da ótica do pesquisador, levando em consideração seus vieses, seus valores e suas origens pessoais, tais como gênero, história, cultura e status socioeconômico que podem moldar suas interpretações durante o estudo. Dessa forma, Marconi e Lakatos (1996) explicam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Assim, o que percebemos é que a ênfase da pesquisa qualitativa está nos processos e nos significados. Logo, o pesquisador teria que observar os diversos jogos de linguagem que se constituem como diversos contextos, para fazer a leitura, compreender e interpretar – as dinâmicas presentes ou mesmo ‘não ditas’ na pesquisa qualitativa (OLIVEIRA, 2001).

Nos apoiaremos também na pesquisa bibliográfica que conforme Vianna (2001) é a base que sustenta qualquer pesquisa científica, tendo em vista que para proporcionar o avanço em um campo do conhecimento é preciso primeiro conhecer o que já foi realizado por outros pesquisadores e quais são as fronteiras do conhecimento naquela perspectiva. Já Medeiros e Tomasi (2008) afirmam que além de auxiliar na definição dos objetivos da pesquisa científica, a revisão bibliográfica também contribui nas construções teóricas, nas comparações e na validação de resultados de trabalhos de conclusão de curso e de artigos científicos. Desta forma, esse tipo de pesquisa é indispensável para a delimitação do problema em um projeto de pesquisa e para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um tema, sobre suas lacunas e sobre a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento (LAKATOS E MARCONI, 1996).

O gênero adotado será o memorial, que constitui, pois, uma autobiografia, configurando-se como uma narrativa simultaneamente histórica e reflexiva. Deve então ser composto sob a forma de um relato histórico, analítico e crítico, que contemple os fatos e acontecimentos que constituíram a trajetória acadêmico-profissional de seu autor, de tal modo que o leitor possa ter uma informação completa e precisa do itinerário percorrido. Contempla também uma avaliação de cada etapa, expressando o que cada momento significou, as contribuições ou perdas que representou. Faremos um esforço para situar esses fatos e acontecimentos no contexto histórico-cultural mais amplo, pois como aponta Severino (2002) *“A história particular de cada um de nós se entretete numa história mais envolvente da nossa coletividade”* (p. 175-176).

A trajetória de vida e a história pessoal e familiar que conduziram a definição do tema

A escola sempre foi minha paixão, apesar da desestrutura institucional da época, fruto da ausência de políticas públicas eficientes, da falta de interesse e apoio familiar, social e histórica e das dificuldades enfrentadas na infância, das rupturas e descontinuidades vividas mais tarde durante o processo educacional sempre fui uma entusiasta da educação e sempre sonhei em me formar professora; principalmente pelo amor aos livros e ao ato de educar mas também pelo status, pelo respeito e admiração vertidos à professora, e pela soberania que essa profissional exercia sobre a comunidade naquele tempo.

Passou o tempo, as coisas mudaram e hoje a percepção da profissão docente também é diferente. Principalmente pela influência e conscientização do curso de graduação em Pedagogia, percebo agora a professora não mais como soberana, hoje essa profissional é a responsável pela mediação das construções, que ocorrem na interação e na ação conjunta de professores e alunos. A professora tem como atribuição escolher, disponibilizar e oferecer os materiais e os conteúdos adequados aos seus alunos, sendo problematizadora e incitando a curiosidade dos pequenos, acompanhando o desenvolvimento feito pelo aluno; suas apreensões, percepções e avanços obtidos por meio da parceria de trabalho entre esses atores da educação. Educar é mediar ações para a construção do saber pedagógico, percorrendo os campos intelectual, social e humano, desenvolvendo noções que promovam a autonomia do educando, dotando-o de capacidades reflexivas e de posicionamento nas demandas e nas tomadas de decisão acertadas, pedagógica, social e humanamente.

Esses posicionamentos devem privilegiar principalmente os primeiros anos da escolarização, na Educação Infantil e o Ensino Fundamental, uma vez que esse é o tempo da formação de base dos sujeitos, construção da identidade individual, das noções de responsabilidade e moral, dos vínculos, dos bons modos, dos valores e das relações com o outro e com o mundo, e consigo mesmo, se reconhecendo como parte integrante desse mundo.

Entretanto, mesmo com todas essas mudanças a admiração pela carreira permanece a mesma, percebo essa como uma profissão excepcional, tendo em vista suas características e particularidades, que para além do conhecimento e habilidades, também envolve o amor pela profissão, a dedicação e a afetividade ao ato de educar e das relações entre os atores da educação. Leite e Tassoni (2000, p. 9-10) afirmam que [...] *a presença continua da afetividade nas interações sociais, além da sua influência também continua nos processos de desenvolvimento cognitivo*. Nesse sentido, pode-se pressupor que as interações que ocorrem no contexto escolar também são marcadas pela afetividade em todos os seus aspectos. Pode-se supor, também, que a afetividade se constitui como um fator de grande importância na determinação da natureza das relações que se estabelecem entre os sujeitos e os objetos do conhecimento, bem como na disposição dos alunos diante das atividades propostas e desenvolvidas. A afetividade, a proximidade e a confiança, os elogios e as palavras de encorajamento e de força são comportamentos que interferem diretamente no desenvolvimento dos alunos tendo em vista o interesse e a mobilização que provocam e o conseqüente maior aprendizado que só o interesse, a significação e a contextualização podem desenvolver.

Esses são comportamentos que devem permear todo o processo do fazer pedagógico, das relações e das construções; a profissão docente é um campo envolvente e esse carinho e encantamento não mudou conforme as mudanças da sociedade e da profissão; ao contrário, se manteve, amadureceu e se solidificou com o tempo e me deu forças para superar os incontáveis obstáculos previsíveis e regulares do curso e sobretudo os excepcionais, concernentes a momento adverso que atravessamos e revelados durante esse processo formativo.

Acredito na educação como o principal e talvez único meio de emancipação dos sujeitos, o conhecimento é o responsável por oferecer subsídios de posicionamento e de defesa de opinião, com consciência e domínio dos temas, portanto creio que a educação é a mola propulsora da autonomia e do desenvolvimento da cidadania e da democracia. Esse é o caminho de preparação do indivíduo para atuar na sociedade, dotado de consciência sobre seus direitos e deveres, de percepção e conhecimento de mundo e de si mesmo; de poder de decisão inteligente diante das demandas e adversidades da vida. Só por meio da educação e do

conhecimento o sujeito adquire domínio para atuação no seu meio podendo interferir e melhorar sua vida e conseqüentemente gerando impactos coletivos com reflexo positivo também na sociedade.

Esse campo da minha vida nunca foi fácil, desde minha inserção na educação sempre encontrei barreiras físicas, estruturais e atitudinais; historicamente a educação não era o foco para a época e o lugar. Morando na zona rural e parte de uma família numerosa e humilde, com um pai analfabeto, o trabalho sempre se sobrepôs à educação, respaldado pela segurança financeira intrínseca. Percorria à pé cinco quilômetros para chegar à escola que não contava com itens básicos como materiais didáticos, merenda, e saneamento. A formação da professora também deixava muito a desejar; tendo cursado apenas o Ensino Fundamental ela apresentava dificuldades na condução do trabalho, portanto minha alfabetização não foi contemplada adequada e suficientemente.

Entretanto na infância essas adversidades não eram percebidas como barreiras; tudo podia ser superado com a energia que se tem quando criança, e esse foi um tempo muito feliz, sempre carregado de emoção e afetividade pela educação; percebia a professora como dotada de todo o saber e a escola como o espaço de apreensão e manifestação de conhecimentos e afetividades excepcionais; nutri esses sentimentos e me mantive nessa trajetória que norteou minha escolha do curso de Licenciatura em Pedagogia. Essa eleição se deve ao desejo de poder participar e contribuir para o bom desenvolvimento da alfabetização e da escolarização dos pequenos, pontuando por experiência as marcas negativas e trabalhando numa linha inversa visando a superação nesse ciclo na vida das crianças, consciente da importância dessa etapa da escolarização, podendo auxiliá-los na obtenção de habilidades e vivências e contribuindo para a sua educação e formação cognitiva, social, intelectual e humana.

Várias disciplinas e materiais estudados durante o curso evidenciaram a importância da etapa da alfabetização para a escolarização e educação global dos sujeitos. Dentre elas ressalto aquelas que mais mobilizaram meu olhar como a *Princípios e Métodos de Alfabetização (PMA)*, na qual no módulo II as autoras afirmam que o aprendizado acontece por uma interação "inteligente" do aluno com o objeto de conhecimento, interação essa mediada pelo professor, ressaltando que situações de leitura e escrita devem ser criadas desde a primeira semana de aula, mesmo os alunos não sabendo ler e escrever. Essa percepção se faz sobre a observação de Emília Ferreiro ao afirmar que "*ler não é decifrar e escrever não é copiar*" e que esse modelo alfabetizador priorizado por anos no Brasil é o motivo pelo qual as escolas tem produzido os analfabetos funcionais, que são sujeitos que apesar de saber juntar as letras e

sílabas não detém o significado dos textos nem a capacidade de reprodução destes. Codificar sons em letras e decodificar letras em sons não significa estar alfabetizado, apenas a obtenção do uso correto dos signos, mas a capacidade de compreensão crítica e uso de conhecimento é outra história. Percebemos por meio do estudo realizado na disciplina que, segundo a teoria construtivista, o aluno constrói ativamente seu conhecimento, por tentativas e erros que são considerados construtivos; hipóteses que mediadas por um professor problematizador são superadas e substituídas por novas hipóteses promovendo os avanços cognitivos. É um processo de construção conceitual no qual o aluno compreende aos poucos o funcionamento do sistema da escrita; as regularidades e as irregularidades e assim organiza e estabelece seus conhecimentos e domínios de maneira gradativa e contínua, embasado nessa percepção.

Na disciplina Projeto Integrado da Prática Educativa (PIPE) encontramos estudos que contemplam a importância da universidade como instituição de ação fundamental na formação do professor alfabetizador, que pelo incentivo à prática investigativa e a conscientização sobre importância da problematização nos processos educacionais reflete na formação de um profissional consciente e crítico, impactando assim na ruptura com os antigos pressupostos da escolarização e da manutenção das perspectivas ultrapassadas, em desuso e já superadas. Esse assunto também é abordado na disciplina História da Educação, nos relatos do desenvolvimento gradativo percorrido pela educação até que pudesse alcançar os níveis mais avançados da história com progressos consolidados observados nos últimos anos e registrados nos resultados de diagnósticos nacionais, portanto, sérios, consistentes e passíveis de análise e comprovação.

Há ainda, na Psicologia da Educação a abordagem da teoria construtivista de Jean Piaget que compreende que a criança constrói seu saber percorrendo estágios específicos e avançando gradual e continuamente. Estudamos também a psicologia histórico-cultural de Vigotski que compreende a importância dos contatos e da interação para o estabelecimento da compreensão. Outras abordagens que consideramos relevantes são valorização da afetividade entre professor e aluno, a importância dos contatos e das relações principalmente no sentido de acolhimento nos primeiros anos da educação com ênfase no lúdico, amplamente expressa e defendida na disciplina Expressão Lúdica; da importância do protagonismo do educando e da valorização dos saberes prévios do aluno também evidenciados na disciplina Educação Infantil, na qual ressalta a relevância dessa etapa da educação como base cognitiva e intelectual da formação do estudante. Também apontamos a notoriedade da disciplina de Psicopedagogia principalmente quando se trata da prática da culpabilização do aluno pelo seu fracasso escolar; pela falta de políticas públicas da educação eficientes, entre tantas outras citações importantes

abordadas durante essa formação, uma vez que essa percepção permeou todo o curso, estando expressa na maioria das disciplinas.

Durante esse período de formação fiz paralelamente à graduação diversos cursos complementares que também evidenciaram a importância do domínio da leitura para a educação global dos sujeitos, portanto, a relevância da aquisição dialogada e correta dessa habilidade, conforme defendem os especialistas e que também contribuíram para a escolha desse tema.

O curso “Mediadores de Leitura” da Universidade Aberta do Nordeste, oferecido pela Fundação Demócrito Rocha enfatiza a importância da apreensão correta da alfabetização e a atuação do professor como mediador da leitura e da escrita e conseqüentemente, do mundo.

Contribuiu ainda para essa conscientização o Curso do Censo Escolar, do Ministério da Educação, no qual os números sobre os avanços na escolarização brasileira foram explanados. A evidência histórica do descaso sofrido pela educação por parte do poder e das políticas públicas e a superação gradativa desse obstáculo, expressa nas avaliações nacionais; e agora sob o risco de recuo pelo conteúdo da atual PNA.

Esse é um assunto importante e uma fonte inesgotável de pesquisas e debates; é uma questão que envolve a educação no contexto geral, individual e coletivamente; no momento atual, mas com previsão de retrocesso principalmente para o futuro, devido aos efeitos negativos gerados por essa política ineficiente. Conforme especialistas esse formato terá implicações futuras muito sérias, expressivas e de difícil superação. Essa é uma deficiência que aliada às condições impostas à educação; reflexo da pandemia que atualmente assola o mundo, tendem a tornar o processo educacional mais ineficiente e sem significado para os alunos, gerando desestímulo com probabilidade de evasão escolar, reprovação e mesmo a aprovação dos analfabetos funcionais; fator que tende a evidenciar ainda mais o distanciamento entre as classes sociais.

Podemos inferir então que a PNA é uma política pública adotada conforme a ideologia de um governo intransigente e autoritário, tendo no período de sua efetiva construção um ministro da educação, mestre em administração e finanças e graduado em ciências econômicas, e criada por especialistas campos diversos, porém na sua vasta maioria, também público de áreas de formação relacionadas ao campo científico e econômico, portanto sem experiência nenhuma nos campos da educação e da Pedagogia. Vislumbramos que a intenção é econômica e não pedagógica; e o intuito é preparar um sujeito passivo que contribuirá para o crescimento econômico, sem capacidade de posicionamento.

Ressaltamos ainda que essa é, uma demanda educacional que apesar da urgência em debates e renovação encontra forte resistência, uma vez que está ancorada pelo Ministério da Educação (MEC), e que mesmo sob questionamentos intensos e fervorosos, encontra respaldo do Ministério da Educação e no discurso da alfabetização baseada na ciência “cognitiva”, mesmo que para isso utilize bases estrangeiras e descontextualizadas, portanto totalmente alheias e inadaptáveis à realidade brasileira.

Segundo os profissionais que atuaram na estruturação do documento o diferencial dessa elaboração política está em sua base científica; entretanto rompe com as políticas anteriores, inclusive com a Base Nacional Comum Curricular-BNCC e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, discursando menção tendenciosa e aludindo que estes não possuem embasamento científico.

Discutir esse tema é oportuno, fundamental e urgente, dados os efeitos negativos, imediatos e a longo prazo, que tendem a produzir na educação e por consequência no desenvolvimento no âmbito global da nação. É um decreto que despreza a função social da docência e da escola como espaço privilegiado do saber, que desconsidera o abismo social existente e historicamente construído também pela ação excludente da educação, fruto das políticas públicas educacionais ineficientes e atualmente evidenciado de forma ampla e contundente pela ação da pandemia da Covid 19, e que surge como um recurso ilusionista de solução para a educação brasileira, segundo especialistas.

É uma política pública que para seu discurso de embasamento científico, aponta estudos e métodos adotados em países diferentes com histórias e vivências alheios a nossa realidade e que, portanto, não se adequam a contexto brasileiro. Que pela ausência de base pedagógica, desvaloriza o espaço do professor e do aluno e, portanto, não observa e despreza as noções de cidadania; que empobrece e restringe o processo e não admite discussão, portanto não é democrático, que se coloca como uma barreira para o desenvolvimento global e significativo da escolarização da criança e compromete seu futuro educacional, tanto no campo cognitivo quanto em relação ao afeto pela educação, na afetividade como contribuição para o desenvolvimento e a aprendizagem. Leite e Tassoni (2000), destacam que a afetividade é uma fonte de integração do pensamento e o sentimento numa única dimensão de análise tendo como foco não somente o que ensinar, mas principalmente, no como ensinar, considerando assim as vivências do indivíduo como uma forma de expressão mais complexa e essencialmente humana, portanto, imprescindível para o bom desenvolvimento educativo. A educação é um exercício

que demanda conhecimento, habilidade, desenvoltura e a capacidade de amar a profissão e ao outro, e respeitá-lo como aluno, como criança e como ser, acima de tudo, humano.

Conheço por experiência vivida os efeitos da ineficiência das políticas públicas da educação, posso pontuar os impactos negativos dessa desassistência por experiência vivida; acompanhei a gradativa superação dessas adversidades, portanto acompanhar o desenrolar da proposta expressa nesse documento sem se manifestar, sem se posicionar e buscar compor o grupo de questionadores desse retrocesso é admitir a incapacidade de autonomia brasileira, de criação das suas próprias políticas públicas. Apesar da ampla extensão e diversidade, da riqueza cultural e produtiva o Brasil prefere, conforme a PNA, assumir a condição de subalternidade em relação aos países mais ricos, que ditam as regras da educação; é a ratificação da condição de subalternidade conhecida e consentida em relação às potências mundiais e a anuência da permanência nessa categoria.

A educação é a ferramenta fundamental para aquisição das noções básicas de democracia e cidadania e, portanto, da autonomia dos sujeitos e das nações, entretanto o Brasil está adotando por meio da PNA um modelo educacional que produz efeitos contrários aos pressupostos da educação, assumindo a tendência de queda e desviando dos propósitos de respeito e de desenvolvimento concernentes à prática da educação.

Políticas Nacional de Alfabetização (PNA): impactos no trabalho docente

A escola pode contribuir com a transformação social, portanto a educação não é neutra e a alfabetização por compor esse campo também não o é, ela se relaciona com a natureza e a cultura, com o tempo e com o espaço a que pertence, atendendo a pressupostos impostos pela sociedade, que geralmente privilegiam as classes dominantes em detrimento das camadas populares.

Freire(1982) afirma que a educação não pode ser neutra e sim uma ferramenta de prática pela liberdade para que as pessoas, sendo educadas de forma crítica, possam transformar a sua realidade e participar da construção do mundo; contudo o que percebemos é que essa não neutralidade ancorada nos pressupostos adotados e defendidos pela atual Política Nacional de Alfabetização tem como resultado processos educacionais que desvalorizam a contextualização desse processo e que evidenciam o abismo entre as classes em detrimento da equalização da educação e dos direitos dos cidadãos, além da ampliação do número dos analfabetos funcionais e da privação de consciência crítica para o exercício da cidadania e da democracia.

Educar é construir junto com o aluno as possibilidades para sua emancipação; é trabalhar no sentido de fornecer ao estudante os meios e subsídios para que possa construir sua autonomia e mediar essa aquisição norteando as pesquisas e orientando o aluno em suas demandas, apresentando sempre atividades problematizadoras e situações desafiadoras de modo a provocar sua curiosidade, fator essencial para o aprendizado e os avanços cognitivos. Essa construção deve contemplar as diversas áreas de conhecimento e da vida do aluno, e além do educar didaticamente, os campos intelectual, social e humano devem ser sempre incluídos e valorizados nas ações pedagógicas, principalmente na Educação Infantil que é a fase de início das percepções dos vínculos, da adoção de bons modos, das relações com o mundo, com o outro e consigo mesmo, da construção de valores e costumes, entre tantos outros.

A Política Nacional de Alfabetização traz em seu discurso um caráter sedutor quando afirma que:

A PNA pretende inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, levando para a sala de aula os achados das ciências cognitivas e promovendo, em consonância com o pacto federativo, as práticas de alfabetização mais eficazes, a fim de criar melhores condições para o ensino e a aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita em todo o país (BRASIL, 2019, p. 6).

Porém esse é um discurso tendencioso de um documento controverso, segundo especialistas, e instituído como solução mágica para a erradicação do analfabetismo no Brasil.

Pelo histórico das tratativas sobre o assunto que circulavam nos meios de comunicação e corredores além dos comportamentos e posicionamentos assumidos pelo governo e seus aliados, o nível estrutural do decreto já estava previsto, porém há pontos que superaram as especulações e merecem apontamentos. Esse documento veio como um retrocesso na alfabetização e com muitos pontos passíveis de discussão.

Os processos educacionais ocorrem conforme modo particular de entender, julgar ou perceber da política pública adotada como base, e em consonância com o modo de pensamento do governo vigente, portanto recebe impactos e tem reflexos conforme o nível de instrução e de consciência dos seus proponentes. Esse aspecto se evidencia nesse momento de forma ampla e contundente, quando consideramos a Política Nacional de Educação instituída pela atual gestão como método a ser desenvolvido nos processos de alfabetização.

Ressaltamos que, ainda na campanha eleitoral essa gestão já falava em “expurgar a ideologia de Paulo Freire”, que é o nome mais expressivo da educação no Brasil,

nomeado Patrono da Educação Brasileira por suas expressivas contribuições para a educação e suas incontáveis honrarias, prêmios, e referências no meio acadêmico; portanto, essa já era uma promessa de descaso com a educação sendo perceptível a ausência de domínio para o desenvolvimento de uma política de valorização da educação global e pautada nos valores éticos, estéticos e morais, com a valorização dos princípios de autonomia, democracia e cidadania para os sujeitos; ou a educação para a prática da liberdade humana, defendida por esse estudioso.

Entendemos em acordo com os especialistas da educação a Política Nacional de Educação como um decreto ambíguo por não estar em consonância com as Leis de Diretrizes e Bases Nacional nº9394/96; anti-democrático por ter sido estabelecido por meio de decreto e não envolver estudos de especialistas da área da educação; excludente por marginalizar a atuação tanto do aluno quanto de professor; reducionista e indutor de retrocesso uma vez que adota pressupostos já praticamente superados, justamente pela ineficiência que representam, entre outros.

Conforme Freire (1989) a leitura de mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. São processos que se inter-relacionam para constituir o saber dos sujeitos; a criança começa a compreender o mundo desde o seu nascimento, por meio dos contatos, que já representam atos educacionais, mesmo aqueles não intencionais. A criança percebe e assimila experiências de contatos muito importantes, como seu nome, as pessoas que o cercam, as rotinas; tudo isso faz parte da compreensão de mundo que mais tarde embasará a leitura da palavra para que, ainda conforme Freire (1989), esse sujeito possa novamente ler o mundo com entendimento e compreensão de si mesmo, enquanto parte desse mundo.

Nesse sentido, o papel do professor é destacar a curiosidade, indagar e problematizar a realidade, transformando obstáculos em objetos de reflexão, visando entender os processos educativos desses alunos para que consiga identificar e sanar possíveis dificuldades individuais com ações acertadas, visando os avanços necessários, tanto os individuais quanto os coletivos. Portanto, a relação professor-aluno é fundamental para o processo de apropriação do conhecimento. O professor é o mediador e incentivador de cada aluno, e o bom relacionamento resultado da afetividade é um apoio importante na aquisição do seu desenvolvimento intelectual, incentivando-os a continuar na busca dos conhecimentos pedagógicos e sociais.

A alfabetização crítica, conforme Soares (2021) e outros especialistas da área educacional é o modo mais eficiente para o desenvolvimento integral da criança, uma vez que

tem reflexos amplos e profundos com ação nos vários campos do saber e do ser, ocorre por uma intensa e múltipla mobilização de esquemas, na interação com os signos e significados e a consciência e experiências assimiladas. Esse foi até então o modelo adotado no Brasil nas últimas décadas, após ter sido amplamente debatido e analisado por conhecedores do assunto, foi estabelecido democraticamente nos documentos norteadores da educação brasileira e vinha, nas últimas décadas sendo contemplado nas políticas públicas da educação. Importante ressaltar que esses documentos são embasados em conhecimento prático e científico, estudados ampla e profundamente e estabelecidos de forma democrática em nosso país. Essa importante conquista, entretanto está sendo rompida pela atual PNA e os resultados recentes obtidos por essas políticas se esvaindo conforme o desenvolver do processo educacional.

Entre os vários pontos controversos, ambíguos, polêmicos e confusos com suas deliberações da PNA apontamos a adoção do método fônico; método esse que reduz o processo de alfabetização à simples decifração de códigos. Conforme a PNA a alfabetização é de caráter restrito e não consiste no desenvolvimento dos domínios do sistema de compreensão das linguagens, antes disso, aprender a ler é restrito a codificar sons em letras e decodificar letras em sons, para que posteriormente, tendo dominado esse conhecimento a criança possa ler textos maiores, e só então aprender e conhecer as leituras gráficas e de mundo. Entretanto a leitura não é restrita a isso, para ler é necessária uma compreensão feita pelo aluno, compreensão essa que envolve a decifração dos códigos, mas também a significação e o uso dessa habilidade por meio do domínio da linguagem, portanto o campo cognitivo e aliado a isso todos os campos associados aos avanços globais que consiste a educação. A educação não é um campo fragmentado nem estático, onde se utiliza esse ou aquele como modo único de trabalho e como forma definitiva de ação. A educação contempla o contexto e os níveis de desenvolvimento da turma específica e deve promover avanços gradativos e contínuos na aquisição das habilidades para esses alunos. É inegável, segundo Soares (2014), o contato dos alunos com os grafemas e fonemas, o aluno precisa conviver com os objetos reais de leitura e de escrita para que possa fazer a associação dos códigos e sons e compreender as noções de uso na educação e na vida. Entretanto restringir a alfabetização, que é a base da educação, a isso é reduzir a capacidade e roubar o protagonismo do aluno e do professor, tidos assim como passivos e incapazes de atuação no seu próprio campo.

Soares (2014) afirma ainda que o que se questiona é o privilegio dado ao método fônico contemplado na PNA, restrito, fragmentado e dissociável da leitura de mundo e da consciência fonológica. Ela afirma que para a compreensão e a relação da alfabetização com o mundo é

imprescindível que a criança além do contato com objetos reais de leitura e escrita, compreenda o uso daquilo que está aprendendo, veja sentido no que desenvolve e com isso mobilize um número maior de esquemas para o aprendizado, dado o interesse e a motivação imbricados nessa ação.

As transformações graduais e contínuas no desenvolvimento das crianças durante a alfabetização, desde a etapa pré-linguística, pré verbal, o desenvolvimento da linguagem, das percepções e mais tarde as significações, o surgimento da palavra, a cooperação do contato com o adulto para essa percepção e as construções da palavra e da linguística que emerge e desencadeia gradual e continuamente num processo desde o nascimento e que segue na mesma perspectiva na escola, no processo da alfabetização, culminando com a decifração das palavras e o domínio dos signos e o uso social da palavra e da leitura e escrita.

São importantes fases da alfabetização que superam o método das ciências cognitivas, disposto na Política Nacional de Alfabetização.

Percebemos que a Educação Infantil tem grande relevância na aquisição da linguagem tendo em vista ser um processo de apropriação, ou seja tornar próprio o domínio; não da língua nem dos códigos, mas da linguagem que consiste na forma de compreensão e de utilização dos instrumentos de linguagem escrita, que envolve outras linguagens intrínsecas ao processo; alfabetizar significa dotar o aluno de conhecimento de forma que ele saiba usar com domínio e autonomia a leitura e a escrita para exercer uma prática social em que a escrita seja necessária. Ao aprender a ler a criança reconstrói sua percepção, ressignifica essas noções e se transforma avançando cognitiva, pedagógica, mas também intelectual, social e humanamente.

Conforme Teberosky (1997),

O conhecimento da escrita começa muito antes da criança frequentar uma escola. Portanto, sua origem é extra escolar. Esse conhecimento evolui, muda com a idade dos sujeitos, e não é possível estabelecer uma relação direta entre o ensino sistemático e essa evolução, porque entre outras razões não se ensina a ler e a escrever. (TEBEROSKY,1997).

Percebe-se então que a aquisição da noção da leitura e da escrita é processual e acompanha o desenvolvimento da criança desde a primeira infância, mobilizando seus esquemas e percepções, mesmo dos bebês que ainda não falam, e vai evoluindo conforme os avanços do grau de compreensão das coisas, e uma vez inserido na Educação Infantil o professor propõe e media ações nas quais o aluno apreende as habilidades e os conhecimentos; mas essa é uma construção feita pelo aluno, apoiado pelo professor num trabalho dialogado,

pelo material e a proposta alfabetizadora que deve contemplar a multiplicidade de campos envolvidos no processo e considerar a experiência trazida pelo aluno do seu contexto familiar e social.

Outro ponto polêmico da PNA é não ter o aluno como foco do processo. Conforme Mortatti (2014):

Se, na leitura de ouvido, o entendimento da linguagem se faz de maneira “natural”, como que por osmose nas interações sociais via oralidade, na leitura de palavras (manuscritas, impressas ou digitais) pelos olhos, o entendimento resulta do ensino e da aprendizagem da linguagem escrita. Essa passagem do ouvinte para leitor, ainda que simples de descrever, é extremamente complexa, apresentando desafios oriundos de múltiplas áreas: da política e filosofia à psicologia e pedagogia, passando pela linguística e pela didática. (MORTATTI, 2014, p.7)

Assim, pelo viés assumido pela PNA, uma vez inserido na escola o aluno torna-se um ser passivo, uma tábula rasa na qual o professor imprime suas ideias conforme sua formação e a experiência que possui.

Segundo análise de especialistas a PNA não contempla também o desenvolvimento integral ou global da criança, quando ao contrário disso fragmenta o processo quando vê a linguagem verbal oral e escrita como conteúdos abstratos e dissociáveis e não uma prática social, que deve contemplar a observação de mundo da criança. Conforme a PNA não é possível apreender os conceitos de linguagem simultaneamente, a compreensão do código é precursora e depende somente de técnica de aplicação da instrução fônica para que se efetive. São processos descolados, que ocorrem isoladamente, uma vez que a compreensão só pode emergir mais tarde, quando a criança souber codificar e decodificar letras e sons para que possa ler conteúdos mais extensos e assim apreender os saberes e os conhecimentos.

A PNA cita também a literacia familiar como adjuvante na aquisição das habilidades concernentes a alfabetização, nesse sentido torna a educação mais excludente, visto que associa o maior contato com a leitura e a conversa familiar como base de instrução e componente que favorece a aquisição dos domínios cognitivos. Ora, mas esse mesmo documento cita o elevado número de analfabetos absolutos e funcionais, então é excludente visto que a criança das camadas mais populares terá poucas oportunidades de contato com esse mundo mais instruído e letrado no ambiente familiar e é nesse sentido que reside dois problemas importantes: o primeiro é que esse modelo é excludente, pois furta o aluno dos contatos letrados e assim desfavorece seu processo. O segundo é que, segundo especialistas esse modo tem forte tendência de verter culpa pelo fracasso do aluno às famílias, em detrimento de apoiar essas

mesmas por meio de contato direto e instrução global. Observa-se assim que além da culpabilização pelas ocorrências de insucesso, há ainda a clara evidência do abismo entre as classes sociais. Considerando as desigualdades sociais intrincadas nos processos de alfabetização a PNA surge como um acentuador dessas diferenças.

Há ainda o apontamento sobre a erradicação do analfabetismo passível pela ação da PNA e como ponto restrito de ação; como se o método de alfabetização tivesse a capacidade de ação definitiva nesse que é um problema amplo e que envolve os muitos campos, mas principalmente as políticas ineficientes que resultam nas enormes diferenças sociais entre as classes. O analfabetismo é um problema social, que demanda análise profunda e contínua para enfrentamento e somente ações seguras e acertadas poderão agir na solução desse problema. Difundir a alfabetização fonológica e sua mecanicidade de memorização das letras e seus respectivos sons não poderia minimizar o analfabetismo nem o absoluto nem o funcional; esse último inclusive além de se manter terá provável evidência, tendo em vista a inaptidão de domínio para o uso social da leitura e da escrita, ou das linguagens, produzido pela ação da PNA.

O analfabetismo é fruto de políticas públicas ineficientes e insuficientes com reflexos comunitários; reverter a um viés único essa deficiência é uma tentativa de minimização do problema além da busca da isenção de culpa dos reais responsáveis por esse estigma brasileiro.

Há ainda a discussão sobre a função do Ministério da Educação em indicar o método para a alfabetização; não sendo reconhecida essa como sendo tarefa do MEC, uma vez que as secretarias estaduais e os municípios tem esse compromisso e pela proximidade das realidades é mais indicado por poder contextualizar e adequar a educação as realidades sociais, culturais e econômicas.

Outro ponto extremamente polêmico do decreto refere-se à unicidade do documento, desconsiderando a continentalidade do país, a diversidade de culturas e as diferenças sociais econômicas, um país tão diverso não consegue equalizar processos educacionais tão distintos pela condição particular de cada estado, município ou região. Nesse sentido há ainda o descaso e a falta de conhecimento em relação a Educação de Jovens e Adultos- EJA- quando é citado métodos idênticos aos utilizados na alfabetização infantil para o processo de alfabetização do cidadão público. Esse é mais um grande despropósito do decreto, uma vez o público da EJA é específico, com história distinta e geralmente associada a marginalização e exclusão social; que conforme Paulo Freire, carrega para a escola sua experiência e seus conhecimentos prévios, que devem ser considerados como apoiadores da compreensão e conseqüentemente mantenedores

do interesse pela significação e a inerente minimização da evasão escolar. Nota-se portanto o evidente despropósito considerar a experiência de uma criança de quatro anos a de um adulto; enquanto um está em processo de construção de todas as noções o outro, apesar de ser público do mesmo nível de ensino carrega experiências de vida e noção dos valores éticos, estéticos, sociais e humanos, entre outros adquiridos nos contatos e nas relações de trabalho, na família e em todas as formas de contato com o mundo. Considerar esses saberes significa valorizar sua história e associar seus conhecimentos ao contexto de vida favorece, de forma muito positiva a apreensão as noções sobre a alfabetização. Portanto é extremamente prejudicial para esse público a utilização dos modos e ferramentas iguais ao utilizado para crianças, pois torna o ensino descontextualizado e o aluno desinteressado e com forte tendência a ser mais um candidato à evasão escolar.

Esse e os muitos outros despautérios defendidos pela PNA demandam sapiência e ressaltam a importância de uma a formação consistente, aprofundada, robusta e permanente de professores; que saibam por formação e por experiência tomar decisões que favoreçam os avanços dos alunos da alfabetização, tanto os pequenos quanto os adultos, pautados no seu arcabouço formativo e nas experiências adquiridas para que saibam avaliar de forma crítica a Política Nacional de Alfabetização e adotar medidas e formas adequadas à sua turma, ao nível e ao contexto correntes como forma de apoio aos seus alunos. É necessário que esse professor tenha conhecimento e domínio sobre a prática educativa para que não abandone o caráter de mobilizador da imaginação e incentivador das práticas, das construções e dos aprendizados; acompanhando e impulsionando o desenvolvimento do aluno, e não o que lhe confere esse documento, que é o caráter reducionista de mero repetidor dos conteúdos, sem criatividade e aptidão, de saber e capacidade de ação reduzidos e transforme o aluno também em agente passivo e mero repetidor dos conteúdos a ele aplicados.

O educador deve ter como objetivo mediar ações que produzam, conhecimento, de mundo, de si mesmo e do seu lugar nesse mundo, conhecimento sobre o outro e as relações, conhecimento didático pedagógico, social, intelectual e humano. Conhecimento que atribui capacidade ao aluno de desempenhar com autonomia suas atividades educacionais, laborais e sociais, conhecedor dos seus direitos e deveres, e capacitado a exercer a cidadania e se colocar como um cidadão de direito e de fato.

O professor alfabetizador traz no exercício da sua profissão a possibilidade de impactar a vida dos alunos, e sendo eles seres em formação pedagógica, de caráter, de opinião de saberes, habilidades e conhecimentos, entre tantos outros, é imprescindível que esse profissional possua,

além de uma boa formação e experiência, a consciência sobre a grande influência da sua ação exerce sobre a vida de cada aluno e conseqüentemente no campo coletivo, alcançando as famílias e também as comunidades.

Algumas Considerações

É importante ressaltar que o método da ciência cognitiva para alfabetização ou o método fônico adotado pela PNA foi utilizado por anos no Brasil, entretanto nunca houve uma resposta satisfatória; seus resultados sempre foram decadentes e apontados como responsável pelo grande número de analfabetos absolutos, mas principalmente os funcionais, além da evasão escolar. Esse é o motivo da sua supressão e o fato pelo qual esse método foi praticamente superado há algum tempo, restando ainda seus vestígios em pouquíssimas escolas, principalmente nas localizadas em áreas muito afastadas, onde a assistência e o desenvolvimento demoram para chegar, ressaltando ainda os resultados negativos sempre evidentes nessas instituições.

Diante do exposto cabe a reflexão acerca dos impactos que a atual PNA impõe sobre o trabalho do professor e a importância da boa formação desse profissional para que não caia na armadilha que representa esse documento. Armadilha porque o trabalho que se utiliza de técnica é muito mais fácil para o professor; se é por meio de técnica que se desenvolve a tarefa significa que se ela não for produtiva esse será um problema da definição do método e do aluno que é incapaz de dominar essa metodologia, eximindo assim a culpa da escola e do professor, uma vez que esse passa a ser apenas o aplicador do método. Armadilha porque colocar os alunos para copiar, decodificar e registrar o be-a-bá é muito mais simples do que insultar uma reflexão, seja ela individual ou coletiva, acompanhar a dinâmica e responder aos questionamentos que dela surgirem.

Os problemas da educação brasileira são muitos e abrangentes e representam um enorme desafio a ser enfrentado pela gestão pública. Especialistas desse campo afirmam que não há um modelo ou um método que vá resolver os problemas educacionais, antes disso há de se discutir as formas mais adequadas conforme o contexto e a turma atendida, utilizando para isso ações e ferramentas mais aplicáveis às circunstâncias e ao momento educacional da classe e for suficientemente íntegro para promover os avanços necessários. Soares (2013) afirma que do ponto de vista cognitivo e linguístico é obrigatório o contato da criança com os grafemas e fonemas, uma vez que a escrita consiste num registro dos sons de acordo com o sistema de

representação. O que está em questionamento é a possibilidade e a viabilidade de aquisição das habilidades plurais concomitantemente, nessa que é uma construção social; e não somente a habilidade estática de memorização dos grafemas, sem associação a leitura de mundo.

A formação do professor é essencial para esse domínio; as dificuldades específicas e individuais de cada aluno devem ser identificadas pelo professor para que ele possa promover ações específicas e escolher os modos e ferramentas mais adequados para a demanda e que visem os avanços dos alunos em suas dificuldades particulares, e a oportunidade de avanços coletivos por meio do apoio individual empregado corretamente.

Textos estáticos, prontos e irreais, principalmente nos dias atuais em que as crianças são inseridas no mundo das informações desde a primeira infância, tendem a desestimular o aluno, deixando-o cansado e desinteressado e o ensino enfadonho e maçante. É necessário a adoção de ações que façam o aluno compreender os fundamentos do que se está em construção, pois a interação entre teoria e prática passando pelo viés da compreensão é que dão corpo ao aprendizado.

A evasão, os desafios socioeconômicos, a falta de investimentos, a falta de envolvimento das famílias e até a violência contra professores, entre outros, são problemas relacionados muito mais as desigualdades sociais e as dificuldades vividas pela população do que aos métodos utilizados para tal. Essas dificuldades sofrem impacto da não neutralidade da educação e se relacionam com o poder aquisitivo das famílias, mas também tem forte relação com os campos social, moral, a violência, a regionalidade as políticas públicas excludentes, que tendem a priorizar o interesse dos mais favorecidos em detrimento do interesse das massas, contribuindo para o distanciamento das classes sociais, entre outros.

A desigualdade de oportunidades faz com que nem todos tenham acesso à faculdade, à escola formal, ou qualquer outro nível de formação. Num país tão extenso como o Brasil os problemas educacionais se relacionam a uma diversidade de aspectos pertinentes ao contexto particular de cada região ou cada município. Esses problemas não se restringem ao método utilizado conforme entenderam os autores e os defensores da PNA, mesmo porquê algumas escolas, principalmente de áreas mais remotas não chegaram a abandonar completamente esse formato; ainda estavam em processo de superação quando da implantação da PNA vigente e, portanto, permaneceram na mesma linha de trabalho, ressaltando que nessas escolas estão os piores índices do desenvolvimento da educação. Verter somente ao método utilizado toda a culpa pelo problema da educação é uma decisão imatura que demonstra desconhecimento e estupidez, além da intenção de se eximir de culpa os reais responsáveis por essa irregularidade,

porém ao buscar solução do problema tendo como base o retrocesso configura além das menções citadas anteriormente também a demonstração de uma ação desumana, com objetivos suspeitos e autoritários, e que colocam em risco todo um avanço obtido nas últimas décadas e para além disso o direito humano, que só os princípios cidadania e a democracia podem expressar.

Podemos concluir então que a PNA é portanto, uma política pública do campo da educação que desde que foi estabelecida desencadeou intensas discussões, apontamentos e debates acerca da desconfiança sobre sua verdadeira intenção em relação a educação; do real respeito à criança e à escola, pela óptica do sistema adotado atualmente com a PNA. A atual gestão é autoritária e tem ideias e propósitos indeliberados, entretanto carregar para a educação; que é a base de desenvolvimento de uma nação essa incompetência, com impactos coletivos, mas acima de tudo atingindo a vida de cada um é inadmissível. Enquanto suas pautas de discussão privilegiam assuntos irrelevantes ou tendenciosos a educação pública faz malabarismos e tenta se equilibrar Brasil afora, com professores e gestores sobrecarregados, lidando com a histórica desvalorização profissional e sobrecarga de trabalho acentuadas nessa pandemia, se desdobrando em funções sem preparo, treinamento e remuneração específicos, flexibilizando horários e se reinventado dia a dia para que haja um mínimo de efetividade na educação.

Além dos impactos criados por essa eventualidade, que surgiu de forma abrupta e inesperada com a pandemia, nesse momento em que a educação careceu de ações imediatas e consistentes que não vieram; que as demandas se perderam pela ausência de respostas positivas; que o setor público assistiu o campo privado agindo imediatamente à instalação da pandemia e seguiu engatinhando entre testes de programas e formatos remotos, acompanhando o enorme abismo que se evidenciou entre as camadas sociais; ter que lidar com a PNA e com o retrocesso intrincado nos seus pressupostos; que ao contrário da pandemia foi pensada e elaborada intencionalmente por ditos especialistas, e embasada numa também dita base científica é realmente uma questão inaceitável e que carece de posicionamento e ação imediata dos especialistas em educação assim como dos responsáveis pela prática educativa Brasil afora; para que freie essa ação irresponsável de gestores autoritários, inexperientes, e que colocam em risco o desenvolvimento educacional e conseqüentemente os campos intelectual, social e econômico dados seus efeitos inerentes à estes pela ação de degradação da educação.

A escola tem como papel a ação na transformação social, e a emancipação dos sujeitos e conseqüentemente das sociedades, por meio da formação institucional intencional, buscando

seu desenvolvimento como ser humano e por consequência como sujeito ativo na transformação social, como leitor do mundo e da sociedade e da vida, capacitado para a ação diante das adversidades naturais da existência humana. Entretanto os pressupostos defendidos pela atual PNA induzem a formação de um sujeito passivo, preparado apenas para reproduzir os conteúdos apreendidos passivamente, sem a crítica necessário aos processos educacionais, e sem a capacidade de posicionamento com capacidade de domínio do discurso e da defesa das suas ideias refletidas criticamente.

A escola ao assumir o método defendido pela PNA e se embasar nos seus pressupostos perde sua qualidade de agente de transformação social, tendo assim sua função social vetada. Portanto, que novos debates sejam insultados para que seja revista essa política pública antes que seus impactos sejam disseminados. Não se pode permitir que a função pedagógica, mas antes disso humana, da escola e da educação sejam barradas e é por isso nos posicionamos totalmente contra a atual Política Nacional de Alfabetização.

Referências

- ARENA, Adriana Pastorello Buim; RESENDE, Valéria Aparecida Dias Lacerda de. **Educação Infantil I**. Coleção Pedagogia a Distância UFU/UAB. Uberlândia – MG: Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Aberta do Brasil, 2020. 83p.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, 2019.
- CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- FERREIRO, Emília. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999. 102p v.2.
- FRANCO. Adriana de Fátima, MARTINS. Lígia Márcia. **Palavra escrita: Vida registrada em Letras**. A Alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização (PNA) v.1, p.179. 2020.
- FREIRE, Paulo, Paulo Freire – **A Importância do ato de Ler**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- LEITE, Sérgio Antônio da Silva; TASSONI, Elvira Cristina Martins. **A afetividade em sala de aula: as condições de ensino e a mediação do professor**. Disponível em-Acesso em 02 de julho 2021.
- MEDEIROS, J.B.; TOMASI, C. **Comunicação científica: normas técnicas para redação científica**. São Paulo: Atlas, 2008
- MORTATTI, Maria do Rosário L; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?**– Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Editora Unesp, 2014. 352p.
- OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. (p.11-34 e 51-69).
- OLIVEIRA, Marília Villela de. **Princípios e Métodos de Alfabetização I**. Coleção Pedagogia a Distância UFU/UAB. Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Aberta do Brasil, 2019. 53p.

OLIVEIRA, Maria Beatriz Vilela de. RESENDE, Valéria A. D. L. de. **Princípios e Métodos de Alfabetização II**. Coleção Pedagogia a Distância UFU/ UAB. Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Aberta do Brasil, 2019. 2ed. 83p.

PRADO, C.G. **Psicologia da Educação I**. Coleção Pedagogia a Distância UFU/UAB. Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Aberta do Brasil, 2011. 84 p.

RESENDE, Valéria A. D. L, DUARTE, Fernanda Araújo Silva. **Expressão Lúdica**. Coleção Pedagogia a Distância UFU/UAB. Uberlândia – MG: Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Aberta do Brasil, 2021. 51p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2002. p. 175-176. Cap. 7.

TEBEROSKY. Ana. **Além da alfabetização**: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 1997.p.67

VIANNA, Ilca. Oliveira. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.

Sites consultados:

Alfabetização e Letramento: na cultura do papel e na cultura das telas. Profa. Dra. Magda Soares. Disponível em: [_https://www.youtube.com/watch?v=okVYiJPNqe8](https://www.youtube.com/watch?v=okVYiJPNqe8)- 23 de mar. de 2021-Acesso em 25/09/2021.

Encontros Abertos: Palestra sobre alfabetização e letramento. Dra. Magda Soares Disponível em: [_https://www.youtube.com/watch?v=5vCehKyJX7M&t=1226s](https://www.youtube.com/watch?v=5vCehKyJX7M&t=1226s)- Profa., 10 de jan. de 2014- Acesso em 01/10/2021.